



Entre práticas agroecológicas e luta pela terra: o protagonismo das mulheres do PDS – Porto Seguro, Marabá/PA

Luciene Aparecida Castravechi¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o protagonismo das mulheres na luta pela terra no Assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, Porto Seguro, localizado na mesorregião sudeste do Pará, no município de Marabá. A pesquisa refletirá sobre as formas de resistências para a permanência na terra e as práticas agroecológicas realizadas pelas mulheres como um trabalho formal que contribui financeiramente para o sustento da família. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com as agricultoras do PDS – Porto Seguro, fontes documentais do Acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sites e documentos oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da SR 27 – Marabá/PA e da Secretaria de Agricultura (SEAGRI) de Marabá. Entre as estratégias utilizadas verificamos o fortalecimento da agricultura familiar por meio das práticas agroecológicas realizadas pelas agricultoras como enfrentamento ao uso inconsciente dos recursos naturais, aplicação de saberes tradicionais e uso consciente do meio ambiente.

Palavras-chave: Agricultoras; Agroecologia; Soberania Alimentar.

Between agroecological practices and the fight for land: the leading role of PDS women – Porto Seguro, Marabá/PA

Abstract: This work aims to analyze the role of women in the struggle for land in the Sustainable Development Project Settlement – PDS, Porto Seguro, located in the southeastern mesoregion of Pará, in the municipality of Marabá. The research will reflect on the forms of resistance to staying on the land and the agroecological practices carried out by women as formal work that contributes financially to supporting the family. Data were collected through semi-structured interviews carried out with farmers from PDS – Porto Seguro, documentary sources from the Archive of the Pastoral Land Commission (CPT), websites and official documents from the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), from SR 27 – Marabá/PA and the Department of Agriculture (SEAGRI) of Marabá. Among the strategies used, we see the strengthening of family farming through agroecological practices carried out by women farmers to combat the unconscious use of natural resources, application of traditional knowledge and conscious use of the environment.

Keywords: Farmers; Agroecology; Food Sovereignty.

¹Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá-IFPA, Brasil. Projeto foi financiado pelo edital 01/2024 Meninas na Ciência.

*Autora correspondente: luciene.castravechi@ifpa.edu.br

Introdução

Historicamente é propagada a ideia de que o trabalho feminino no campo é apenas uma ajuda extra ao trabalho masculino. Entretanto, o espaço rural possui diversidade alimentícia e preservação dos recursos naturais devido o trabalho das agricultoras no cultivo de hortas, quintais produtivos, implantação de roças, criação dos animais por meio de práticas e saberes tradicionais. Essas atividades caracterizadas apenas como um complemento ao trabalho do homem provocam a invisibilidade do trabalho feminino no campo, mas essa narrativa se esvazia ao passo que o trabalho das agricultoras contribui para a manutenção da alimentação familiar e geração de renda com a venda do excedente da produção e movimentação da economia local.

No entanto, diante das diversas conquistas das mulheres ao longo do tempo, ainda se verifica a invisibilidade do trabalho feminino no campo, especialmente em relação à gestão da propriedade rural e do trabalho de cultivo e criação para a manutenção da família. As mulheres rurais são protagonistas desde a conquista do lote até a implantação de atividades econômicas que fortalecem a agricultura familiar. Mas, de acordo com Brumer e Anjos (2008), a mulher não é vista como “chefe” da unidade produtiva, pois historicamente ela adentra na atividade por meio do casamento, assim as mulheres são colocadas em segundo plano para administrar a propriedade familiar, seja pelo casamento com dote, êxodo ou celibato, que são vistos como mecanismos equivalentes à exclusão feminina da chefia dos estabelecimentos agrícolas.

Nessa perspectiva, a relação de gênero é uma das causas das desigualdades. O fato de ser mulher a coloca como coadjuvante nas relações de trabalho e renda, o que corrobora com a ideia de que os termos mulher e agricultora são vistos como unívocos, frisando apenas a identidade biológica (mulher), impossibilitando a identidade profissional (MEUS; ETHUR, 2021). De modo geral, a literatura demonstra que o trabalho feminino não é reconhecido como propulsor de renda, mas apenas ajuda aos pais e cônjuges, ou que, a identidade de agricultora é anulada, pois ela tem o título de mulher ou filha de determinado agricultor (CASTRO; OLIVEIRA, 2014; NEVES; MEDEIROS, 2013).

A história da mulher é objeto de análise da historiadora Michelle Perrot (2007), ela demonstra que ao longo do tempo as mulheres sempre trabalharam, mas que raramente as suas atividades são consideradas trabalho, ou seja, apenas uma “ajuda”. As mulheres são protagonistas na realização de diversas atividades nos lotes rurais e o seu trabalho contribuiu para a manutenção da família. Mas, conforme Perrot (2007), a história das mulheres é silenciada e invisibilizada, pelo fato de que a sua atuação está exclusivamente ligada ao ambiente privado da família e do lar. O silenciamento não está na ausência de

fontes sobre as mulheres e sim na reprodução dos relatos sobre elas, pois as mulheres comuns tiveram os seus vestígios apagados ou desprezados. Assim, o silenciamento decorre do silêncio do relato que se faz pelo exclusivismo político, econômico e social masculino em detrimento do protagonismo feminino em diversos espaços, especialmente no espaço rural.

Nesse sentido, o modelo agrícola propiciado pelo agronegócio avança sobre terras agricultáveis da Amazônia devastando os recursos ambientais e impactando principalmente, a vida das mulheres agricultoras responsáveis pela manutenção e reprodução familiar. Apesar disso, a luta das mulheres do campo e participação efetiva em espaços políticos e sociais contribuem para o advento de políticas públicas pautadas na sustentabilidade, justiça social, igualdade, soberania alimentar e especialmente, a agroecologia como pauta das reivindicações da Marcha das Margaridas desde 2003 (BRITO; LEITE; CHACON, 2021).

Academicamente os conceitos de soberania e segurança alimentar são entendidos como distintos, mas que podem ser relacionados. Entretanto, para os movimentos sociais ligados à questão agrária, esses termos são vistos como opostos (STÉDILE, 2004). Desse modo, esse estudo avalia as concepções como divergentes, pois o objeto de pesquisa analisa a luta pela terra pelas agricultoras do PDS – Porto Seguro em Marabá/PA como um ato histórico-político que contribuiu para a conquista da soberania alimentar, e, conseqüentemente a segurança alimentar.

A soberania alimentar representa a defesa dos povos do campo por uma alimentação compreendida como um bem e um valor cultural, em contraposição ao seu valor como mercadoria para atender os interesses mercadológicos. Sob essa ótica, torna-se importante frisar o papel desempenhado pelas mulheres rurais na manutenção da alimentação familiar e diversificação dos alimentos servidos aos familiares, bem como o seu excedente que é comercializado principalmente nas feiras. Para a Via Campesina, a soberania alimentar além de garantir o abastecimento alimentar às pessoas, deve ser vista como um mecanismo para proteger as práticas agrícolas dos camponeses que advém da agroecologia e dos saberes tradicionais essenciais à agricultura familiar (FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Para se obter a soberania alimentar é necessário o acesso à terra para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais possam produzir os seus alimentos, e, conseqüentemente comercializar o excedente da produção familiar ao mercado externo, a exemplo das feiras.

Em vista disso, torna-se importante descrever o processo de ocupação recente da Amazônia e as políticas propagadas pelo governo ditatorial sobre o lema da “reforma agrária”. Assim, no início da década de 1970, o governo

ditatorial militar implantou no Brasil uma política de (re)ocupação da Amazônia, área considerada “espaço vazio”. Sob o pretexto de promover a Segurança Nacional, os militares inseriram na região os Projetos de Colonização e Agropecuários em favorecimento do grande capital estrangeiro, sendo desenvolvidas na área atividades econômicas ligadas principalmente aos setores agrícolas e pecuários. Para a implantação dos projetos, as empresas receberam do governo grandes extensões de terras e incentivos fiscais para expansão das novas “fronteiras agrícolas” da Amazônia.

Nesse contexto, o sudeste do Pará vivenciou diversas frentes de expansão, exploração e ocupação da região, sobretudo o município de Marabá que foi formado pela exploração da castanha-do-pará, atividade da pecuária extensiva e mineração. Essas atividades econômicas atraíram para Marabá diversas famílias oriundas, principalmente do sul do Maranhão (VELHO, 2009).

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1987), o processo de ocupação da Amazônia advém de dois mecanismos interligados, o primeiro, pelas políticas territoriais do Estado (aberturas das rodovias, incentivos fiscais e créditos), bem como a consequente implantação dos projetos agropecuários, e de outro lado, o acesso dos grupos econômicos nacionais e/ou internacionais aos recursos minerais da região. Dessas políticas resultaram o caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira, em que a Amazônia, conforme o autor citado, é formada pela presença de grandes projetos agropecuários, por áreas de posseiros regularizadas ou não pelo INCRA, por projetos privados de colonização e pelas terras indígenas.

Sob essa ótica, a pecuária extensiva é incentivada pelo governo municipal de Marabá desde a década de 1950, mas a propaganda ditatorial sob os grandes projetos da Amazônia atraiu diversos grupos sociais para a região e gerou intensos conflitos entre as frentes hegemônicas de desenvolvimento (agronegócio, mineração e hidrelétricas) e o campesinato composto por agricultores, indígenas, quilombolas e populações tradicionais que exercem a sua reprodução de forma material e imaterial (MARTINS; MORENO, 2018).

Os projetos de colonização estimulados pelo governo ditatorial atraíram diversos grupos de pessoas para a Amazônia, assim a luta pela terra no sudeste paraense inicia-se na década de 1970 com o advento da instalação dos grandes projetos agropecuários. Diante do contexto de reforma agrária fortalecido pelos movimentos sociais pós-ditadura militar, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, Porto Seguro, localizado na mesorregião sudeste do Pará, no município de Marabá, iniciou a sua luta pelo direito à terra em junho de 2004, e sob essa perspectiva apresentaremos o protagonismo das mulheres na conquista pela terra e fortalecimento de práticas agroecológicas.

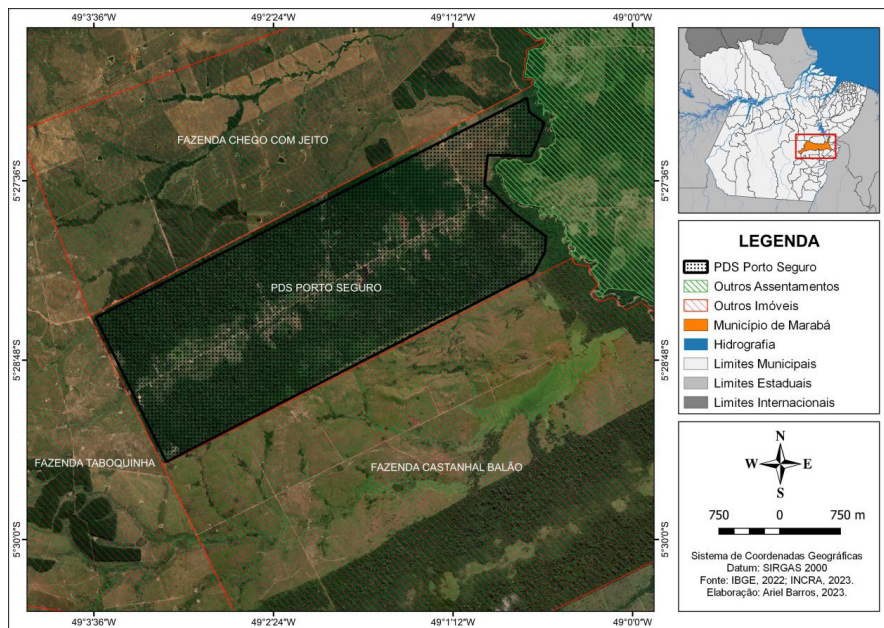
Sendo assim, esse trabalho tem por objetivo analisar o protagonismo das mulheres na luta pela terra no Assentamento Projeto de Desenvolvimento

Sustentável – PDS, Porto Seguro, localizado na mesorregião sudeste do Pará, no município de Marabá. A pesquisa refletirá sobre as formas de resistências para a permanência na terra e as práticas agroecológicas realizadas pelas mulheres como um trabalho formal que contribui financeiramente para o sustento da família. A pesquisa possui caráter qualitativo em que os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com as agricultoras do PDS – Porto Seguro, fontes documentais do Acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), *sites* e documentos oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da SR 27 – Marabá/PA e da Secretaria de Agricultura (SEAGRI) de Marabá. Constatamos que a conquista da terra envolveu o protagonismo das mulheres e conseqüentemente, a manutenção da renda familiar com a venda do excedente produzido na propriedade rural nas feiras de Marabá. Entre as estratégias utilizadas verificamos o fortalecimento da agricultura familiar por meio das práticas agroecológicas realizadas pelas agricultoras como enfrentamento ao uso inconsciente dos recursos naturais, aplicação de saberes tradicionais e uso consciente do meio ambiente.

Para tratar dos temas acima, o artigo foi estruturado em duas seções: a primeira explicita o percurso metodológico da pesquisa. Na segunda, encontram-se as discussões e análises dos resultados alcançados. Esta última seção, por sua vez, está subdividida em quatro partes, a saber: 1) O protagonismo das mulheres do PDS – Porto Seguro: a ocupação da Fazenda Balão II, assinala a história da ocupação da terra, as estratégias de luta, resistências e enfrentamentos para a conquista da terra; 2) Agroecologia e a visibilidade do trabalho feminino no campo, que tem por objetivo conceituar a agroecologia e a sua relação com o trabalho feminino no campo; 3) Lindalva: a primeira liderança da Associação do PDS – Porto Seguro, com o intuito de apresentar a liderança feminina no espaço político do Assentamento; 4) Emancipação financeira: a atuação das mulheres nas feiras de Marabá, busca elucidar o protagonismo das mulheres para a manutenção da renda familiar.

Recorte espacial

O PDS Porto Seguro, está localizado na mesorregião sudeste do Pará, no município de Marabá, a 485 km da capital Belém. O acesso dar-se pela saída de Marabá, – BR 155 - até o ramal da Fazenda Taboquinha, KM 14, percorrendo-se cerca de 10 km até a Vicinal 21 de junho.

Figura 1 - Localização do PDS – Porto Seguro.

Fonte: BARROS, 2023.

Aspectos metodológicos

A pesquisa se pauta na elaboração de uma crítica bibliográfica das obras que contemplam a temática em estudo. Também utilizamos fontes documentais de caráter público ou privado. Por sabermos que a pesquisa em História prescinde das fontes acima mencionadas, outra escolha metodológica contemplada nesse trabalho diz respeito ao uso de entrevistas semiestruturadas com as mulheres agricultoras e feirantes do PDS – Porto Seguro.

Escolhemos como aporte metodológico a abordagem qualitativa inerente das ciências sociais, sendo caracterizada pela compreensão e interpretação da realidade social e das relações que se tecem nesse âmbito e em seus sentidos. Assim, Richardson (1999, p. 102) afirma que “[...] o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno”. A presente pesquisa difere-se da visão quantitativa que se ampara pelo tamanho da amostra, e, se apoia nos aspectos qualitativos que foram extraídos das entrevistas e analisados com profundidade.

Utilizamos, assim, as entrevistas semiestruturadas para nos dar embasamentos teóricos e hipóteses em relação ao tema da pesquisa. Segundo TRIVIÑOS, a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”. Essa metodologia propicia a presença consciente e ativa do pesquisador durante a coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). As entrevistas proporcionam a identificação das construções que os entrevistados possuem de si e do seu ambiente social.

Os roteiros foram elaborados com o intuito de descrever a origem das entrevistadas, dados socioeconômicos e educacionais. Entrevistamos duas agricultoras que são residentes no Assentamento desde o período de acampamento, sendo válido destacar que a comunidade possui apenas 37 lotes e muitas pessoas que estavam no início da ocupação deixaram os seus lotes e migraram para outros locais, por esse motivo a nossa pesquisa se restringiu nesse número de entrevistadas.

O registro das entrevistas foi realizado pelo método de gravação e transcrição a partir da observação em campo nos lotes das agricultoras.

Para constituir a narrativa da luta pela terra no PDS – Porto Seguro, consultamos o Acervo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), jornais, *sites* e documentos oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da SR 27 – Marabá/PA e da Secretaria de Agricultura (SEAGRI) de Marabá.

O protagonismo das mulheres do PDS – Porto Seguro: a ocupação da Fazenda Balão II

O ano era de 2004 e muitas famílias que moravam nos bairros periféricos de Marabá/PA necessitavam de emprego, infraestrutura básica, acesso à saúde e educação, além de necessitarem de moradia própria. As famílias iniciaram um acampamento em frente à sede do INCRA da SR 27 – Marabá/PA. Essas famílias eram coordenadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), e foram cadastradas para a ocupação da Fazenda Balão II de posse da família Mutran, a qual não cumpria a função social da terra, ou seja, o aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, conforme a Lei 8629/93, Art. 9º.

Após a constatação da improdutividade da área, no dia 21 de junho de 2004, mais de 100 famílias seguiram em direção para romper as cercas do latifúndio e ter acesso à terra, produção agrícola, soberania e segurança alimentar, ou seja, autonomia e renda familiar.

As estratégias de ocupação envolvem o sentimento de medo, incertezas e o desejo de conquistar o seu pedaço de terra. A agricultora M.E, que participou

da ocupação da Fazenda Balão II, descreveu que as famílias marcharam para a sede da Fazenda Taboquinha, mas a porteira estava trancada. O coordenador da ocupação, Manoel Dragão e outros homens tiveram de pular a cerca e solicitaram a chave, entretanto o funcionário da fazenda não a entregou. Assim, após um apito os homens que participavam da marcha pularam das carrocerias dos caminhões e em meio à confusão conseguiram arrancar a chave do funcionário da Fazenda. Adentraram a Fazenda e tiveram seus pertences deixados pelos automóveis que passaram a ser carregados pelas famílias até próximo ao rio Taurizinho, onde levantaram os barracos e denominaram a Ocupação de Balão II, área da fazenda de mesmo nome.

Durante a ocupação, as famílias também tiveram de lidar constantemente com o medo de animais selvagens, além da vigia de possíveis ataques de despejo. Após um ano, mudaram a ocupação para onde hoje está localizado o primeiro lote do PDS – Porto Seguro. Nesse local, as famílias coletivamente construíram os barracos, os homens limpavam a área, as mulheres carregaram os materiais e cozinhavam as refeições, e logo denominaram de Acampamento Quilombo dos Palmares, conforme as narrativas de M.E (2024), esse episódio pode ser considerado o primeiro enfrentamento das mulheres.

Conforme relatado acima, o primeiro enfrentamento das mulheres do PDS diz respeito a chamada “quebra das cercas” e ocupação da fazenda, conforme Jr Gomes e Andrade (2013), o papel das mulheres ganha protagonismo quando os movimentos sociais da luta pela terra as reconhecem como atrizes fundamentais no resguardo da alimentação da família e da preservação de práticas tradicionais. Nesse sentido, as agricultoras adentram nas terras e auxiliam na construção das moradias e se responsabilizaram pelas refeições, o que denota a importância do seu trabalho na agricultura e na garantia de segurança alimentar da família.

Ainda em relação ao relato que assinala o primeiro enfrentamento das mulheres, a exposição desse fato só é possível pela evidenciação das fontes que demonstram a existência cotidiana e particular da vida real das mulheres do PDS, pois conforme Perrot (2007), as mulheres comuns não possuem vestígios históricos como correspondências, diários íntimos, fotografias ou objetos pessoais que evidenciem o seu protagonismo. A sua invisibilidade histórica é quebrada por suas próprias narrativas que não são reproduzidas pelo exclusivismo masculino e sim pelas vozes femininas na luta pela terra.

Os relatos de E. S. (2024), que chegou com a sua família na ocupação após a desistência de um acampado, revelam que as famílias de agricultores passaram a cultivar uma roça comunitária com diversos alimentos: arroz, milho, mandioca, feijão, inhame, dentre outros. Esse trabalho era realizado por mutirões de homens e mulheres, mas na época o seu esposo estava com a perna imobilizada e não podia ajudar nas atividades; com isso a agricultora teve

que trabalhar dobrado para o sustento da família auxiliando nos mutirões para que os outros agricultores lhe ajudassem na sua roça. O seu esposo auxiliava na vigia da portaria; porém, pela manhã, período em que as mulheres ficavam responsáveis juntamente com os homens, a agricultora também colaborava na vigia da portaria.

O acesso à terra é o que permite o desenvolvimento da soberania alimentar, pois como visto acima as roças coletivas eram o que propiciavam a diversidade alimentícia e sustento alimentar das famílias com base em um bem e um valor cultural em contraponto ao valor comercial (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001). As práticas tradicionais de cultivo, a exemplo, do emprego das roças coletivas com a participação de homens e mulheres é o que confere a preservação cultural de atividades agrícolas orientadas pelo estilo de vida camponês.

Desse modo, a atuação exclusiva de uma agricultora nas diversas etapas para a conquista da terra demonstra o seu protagonismo nas diferentes frentes de luta: desde o cultivo de alimentos ao trabalho de vigia para a segurança da sua família e proteção das famílias acampadas na Fazenda. A divisão sexual do trabalho, conforme Nobre (1998), caracteriza o homem como responsável pelo trabalho produtivo (agricultura e pecuária que geram renda mercadológica) e a mulher pelo trabalho reprodutivo (trabalho doméstico, horta e cuidados com a família), mas de acordo com o relato acima, percebemos que a mulher assumiu diversas etapas para a conquista da terra e soberania alimentar da sua família, conferindo-lhe a responsabilidade pelo trabalho produtivo e reprodutivo dos seus familiares.

Assim, a agricultora assumiu o papel de “chefia” da unidade produtiva e se desvincilhou da ideia do trabalho feminino apenas como “ajuda”, pois a atividade braçal na roça que ela sempre desenvolveu junto ao esposo teve visibilidade na ausência dele. A valorização diferenciada entre o trabalho de homens e mulheres se ilustra pela existência de uma relação de hierarquia entre os gêneros, a qual tem a sua base material na divisão sexual do trabalho (NOBRE, 1998). Entretanto, como podemos analisar a estrutura hierárquica é uma construção social que deve ser excluída por meio da observação e constatação do trabalho feminino no campo como essencial para a manutenção da família.

Após 1 ano de trabalho desempenhado na área, as famílias estavam entusiasmadas colhendo os alimentos da roça comunitária; no entanto, logo vieram a série de 3 despejos com ação policial contra as famílias acampadas na Balão II. Por 2 vezes, as famílias ao saberem que as forças armadas viriam para cumprir a liminar de despejo, atravessaram o rio Taurizinho para o município de São João do Araguaia para não enfrentar a ação policial.

Em 2005, ocorreu o primeiro despejo judicial das famílias que deixaram a Fazenda e montaram acampamento fora da área da Balão II. No primeiro despejo as famílias saíram da área próxima do rio Taurizinho com a ação policial que retirou os pertences com caminhões e jericos. Após o episódio, os agricultores montaram acampamento numa localidade conhecida como Ponta de Pedra.

Com o desejo de conquistar uma terra, as famílias voltaram para a Fazenda Balão II e montaram acampamento numa localidade conhecida como Lote do Dorme Sujo. Entretanto, no dia 05 de abril de 2006, esse ideal foi interrompido pelo aparato do Estado que por volta das 6 horas da manhã, sem aviso prévio da ação, as forças armadas chegaram no acampamento para o cumprimento de reintegração de posse, conforme a notícia abaixo:

[...] quarta-feira (5), o cumprimento de mandados de reintegração de posses de fazenda da região. A primeira a ser desocupada foi a Fazenda Balão, em Marabá [...]. No acampamento montado pelos sem-terra foram encontradas cerca de 100 pessoas. De acordo com a CPT de Marabá, a fazenda está sendo negociada pelo INCRA para desapropriação [...] A operação de ontem envolveu 200 militares do CME e foi dificultada, uma vez que a estrada que dá acesso à propriedade é repleta de atoleiros, onde vários carros ficaram impedidos de seguir em frente [...] “O helicóptero “Estrela Azul”, do agrupamento aéreo do CME, está sendo usado nas operações de desocupação [...] (SOUSA, 2006).

Segundo M. E. (2024), as mulheres, em seu ato de coragem e determinação, formaram um cordão humano, segurando as mãos uma das outras e das crianças que avançaram na frente da luta cantando as músicas dos movimentos sociais e impedindo o uso da violência. Neste dia, manifestou-se a maior força das mulheres, que tomaram a frente da luta, juntamente com as crianças, marchando e cantando, afastando assim a polícia.

O relato acima demonstra protagonismo mulheres no enfrentamento do despejo das famílias do acampamento. Entretanto no Brasil, as mulheres são detentoras apenas de 19% das propriedades rurais e os homens de 81% (IBGE, 2017). Essa disparidade de acesso à terra demonstra a falta de reconhecimento das mulheres como profissionais agricultoras e não apenas como uma mão de obra ajudante ao trabalho masculino. Mesmo com essas disparidades e diante do enfraquecimento do reconhecimento dos direitos territoriais dos povos do campo, sobretudo pela política de privatização das terras públicas em detrimento das políticas de reforma agrária, as mulheres do PDS – Porto Seguro podem ser caracterizadas como resistentes ao cumprimento da

função social da terra e contrárias aos projetos hegemônicos dos territórios amazônicos.

A luta pela terra no PDS trouxe à tona o protagonismo das mulheres, pois conforme o relato acima, as agricultoras juntamente com as crianças tomaram a frente da luta e marcharam em frente à polícia militar. A resistência expressa no acampamento, denota a necessidade de desmobilizar o sistema político que as excluíram do acesso à terra e, conseqüentemente da segurança e soberania alimentar. Nesse sentido, SCHWENDLER (2015, p. 92) demonstra que “embora ingressem na luta como mães, esposas ou filhas, ocupando papéis secundários, dentro de um movimento social camponês que também reflete em sua organização a lógica da cultura patriarcal, as mulheres Sem Terra vão ocupando espaços e se tornam protagonistas na luta pela terra”. As mulheres atuaram na conquista pela terra e assim, contrariaram a narrativa histórica que lhes conferem invisibilidade social e política, haja vista que protagonizaram a luta de gênero nos espaços de disputas pela terra e implantação do assentamento PDS – Porto Seguro.

As famílias acampadas tiveram os seus sonhos ceifados e os seus pertences destruídos pela ação de despejo que danificou seus bens domésticos, roças, hortas e matança dos seus animais, principalmente das galinhas, conforme relato de Maria Lindalva Matos (ALVES, 2019). A roça comunitária foi destruída, pois fazia apenas uma semana que os alimentos estavam sendo colhidos e com a ordem de despejo muitas famílias perderam esses alimentos, já que não tiveram tempo para colher. De acordo com E. S. (2024), o despejo ocorreu em meio a um inverno rigoroso o que dificultou a retirada dos bens materiais e a saída das famílias da área.

Por cerca de 2 anos, essas famílias fomentaram o desejo de serem donas dos seus meios de produção e atendidas pela política de reforma agrária, principalmente em uma área que não cumpria a função social da terra, onde a oligarquia da família Mutran disseminava casos de violência e injustiça social na região. Embora a ação do Estado não tenha empregado violência física, mas causou danos emocionais às famílias, que foram humilhadas ao verem os seus bens materiais e benfeitorias serem esfacelados pelas forças militares.

Confiantes de que a área da Fazenda Balão II, não cumpria com os princípios sobre o uso da terra, que deve atender os interesses sociais, bem como a promoção da justiça social conforme é assegurada no Art. 186 da Constituição Brasileira. As famílias despejadas ocuparam a sede do INCRA em Marabá, com o intuito de pensar alternativas e abrir diálogo com os movimentos sociais que estavam juntos na luta, como a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI/PA), STTR e CPT para à retomada do funcionamento da instituição e à apresentação de elementos

palpáveis no que tange ao processo administrativo, e consequentemente, o avanço na desapropriação da Fazenda Balão II e criação do Assentamento.

Em relação à ocupação da sede do INCRA, o jornal Opinião relatou que:

O pessoal da Balão veio se juntar às outras famílias que estão na área há quase dois anos, também alvos de despejos [...] O universo de quase 200 famílias está no aguardo de uma solução por parte do INCRA, sobre uma área para assentar esse contingente de trabalhadores rurais. Enquanto o órgão fundiário não mostra uma solução definitiva, a fome, a doença, e a toda sorte de mazelas ronda o acampamento, constituído de um amontoado de barracos de lona [...]. no acampamento muitas crianças frequentam a escola de olho na merenda escolar, que é fornecida pela Secretaria Municipal de Educação de Marabá [...]. Na verdade, o colégio está improvisado em um barracão, coberto de palha. Só continua funcionando graças aos esforços da professora Creuza, que decidiu acompanhar os despejados para que dezenas de crianças não tivessem o ano letivo prejudicado (OPINIÃO, 2006).

Como podemos observar no relato acima, a ocupação da sede do INCRA foi insalubre. Mas diante desse cenário, nos chamou atenção a preocupação da professora Creuza em relação ao ano letivo das crianças acampadas. A professora Creuza é citada nos relatos das agricultoras do PDS – Porto Seguro como a primeira professora do acampamento. Desse modo, o papel das mulheres na luta pela terra envolveu outros fatores além da ocupação, cultivos de roças e atividades comunitárias, como também o exemplo dessa professora que acompanhou seus alunos na ocupação da fazenda e no acampamento montado no INCRA como mais uma das mulheres protagonistas na luta pela terra no PDS.

Sendo assim, as famílias ocuparam a sede do INCRA por cerca de 30 dias e após 3 meses do despejo voltaram a ocupar a Fazenda Balão II. Após 3 anos de ocupação, as famílias estavam acampadas próximas ao rio Taurizinho, entre março a abril de 2007, contrataram um topógrafo para realizar o trabalho de divisão dos lotes e passaram a desenvolver atividades coletivas, mutirões, assembleias em parceria com a CPT e STTR.

Diante dos episódios de despejos e manobras jurídicas do proprietário da Fazenda Balão II, o INCRA desapropriou a área de 1069 hectares de vegetação nativa em 14 de outubro de 2016. Publicou a portaria de criação do PDS - Porto Seguro para 37 famílias que organizam suas atividades agrícolas e pecuárias em Sistemas Agroflorestais (SAFs) e criação de pequenos animais, vistas como de baixo impacto ambiental (INCRA, 2015).

Por fim, no dia 04 de maio de 2022, as 37 famílias tiveram seus nomes reconhecidos na lista de Relação de Beneficiário (RB) do INCRA. Conclui-se, o

avanço no reconhecimento do órgão público sobre a luta pela posse da terra e consolidação da política de reforma agrária no sudeste paraense (INCRA, 2022).

Agroecologia e a visibilidade do trabalho feminino no campo

A partir do estabelecimento das famílias nos lotes do PDS – Porto Seguro, elas passaram a desenvolver as suas roças aplicando os arranjos produtivos através dos SAFs, o que impulsionou a participação nas feiras urbanas de Marabá. Para tal, contaram com o apoio da Universidade do Estado do Pará (UEPA), assessoria da CPT, da Secretaria de Agricultura de Marabá (SEAGRI) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) (SANTOS, *et al.*, 2021).

Como forma de resistirem ao avanço do modelo produtivo do agronegócio, pautado na lógica da monocultura e pecuária extensiva/intensiva, os agricultores e agricultoras do PDS – Porto Seguro realizam atividades produtivas relacionadas à conservação dos recursos naturais através das práticas agroecológicas, implantação de SAFs, criação de pequenos animais e hortas em uma territorialidade cercada pelas agropecuárias.

As mulheres do PDS – Porto Seguro têm participação efetiva no campo técnico-produtivo ofertado, especialmente pela CPT em relação às formações realizadas para a implantação de módulos produtivos agroecológicos e a comercialização desses produtos sob a perspectiva do cooperativismo e associativismo (ALVES, 2019). Assim, o excedente da produção foi direcionado para as feiras urbanas de Marabá, tendo as mulheres do PDS como principais participantes das feiras, e, conseqüentemente proporcionando o sustento financeiro das suas famílias, a conexão entre o rural e o urbano por meio da valorização da agricultura familiar, soberania e segurança alimentar sem o uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Ao observarmos os dados sobre as mulheres rurais disponibilizados pelo IBGE (2017), verificou-se que apenas 19% das propriedades rurais são dirigidas por mulheres, enquanto os homens detêm 81% dos imóveis rurais. Na região Norte, as mulheres são responsáveis pela administração de 12% das propriedades (IBGE, 2017). Desse modo, torna-se importante destacar que dos 37 lotes que compõem a lista da Relação de Beneficiários (RB) publicada pelo INCRA em maio de 2022, 24 lotes têm como nome de titular uma mulher. Este fato demonstra a relevante participação das mulheres na luta pela terra no PDS Porto Seguro que resistiram aos diversos despejos e desenvolvem atividades agroecológicas como meio de sobrevivência.

Entretanto, a divisão do trabalho e o machismo estimulam a invisibilidade do trabalho feminino, considerado apenas como uma ajuda extra para o sustento da família, que de modo discursivo, é proveniente principalmente da mão de

obra masculina. Diante desse cenário, a agroecologia é um elemento essencial de investigação, pois o seu campo de atuação emprega saberes populares e científicos que almejam a igualdade e equidade entre homens e mulheres. A conquista da terra teve uma participação relevante das mulheres que desempenharam diversos atos de resistências, enfrentamentos e mecanismos para permanecerem nos seus lotes através do uso consciente da terra.

Sob essa ótica, o trabalho das agricultoras não é visto como substanciais para a manutenção financeira da família, pois o trabalho doméstico em torno do quintal com a criação de galinhas, porcos e o cultivo de frutíferas, não são entendidos como o trabalho pesado da roça, muitas vezes desenvolvidos principalmente pelos homens (BUTTO, 2011).

Com o advento da agroecologia em meados dos anos de 1990 no Brasil, observa-se uma corrente de oposição ao modelo agrícola hegemônico que faz uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes, para o uso de práticas agroecológicas que favorecem o desenvolvimento rural sustentável que respeita os ecossistemas naturais e os saberes tradicionais. Desse modo, a agroecologia desponta em um contexto de fortalecimento dos movimentos sociais, políticas de reforma agrária e preocupação com o meio ambiente, a exemplo da ECO-92 ocorrida no Rio de Janeiro (ASSIS, 2005).

Nesse sentido, a agroecologia tem como propósito superar a divisão sexual do trabalho no campo, rompendo com a hierarquia estabelecida entre trabalho de homens e de mulheres. Busca-se o empoderamento da mulher do campo como produtora de bens e gestora do meio ambiente, sobretudo, contra a destruição da natureza provedora da sustentabilidade (BURG; LOVATO, 2007).

Ao discutirmos o gênero no campo temos como objetivo desconstruir a visão produtivista, economicista e patriarcal das relações trabalhistas. A agroecologia promove um novo modelo de desenvolvimento rural em que aja uma divisão justa dos recursos naturais, valorização econômica, o papel e o valor da mulher na construção de conhecimento e detentora de alto conhecimento de sistemas agroflorestais (SILIPRANDI, 2007).

A agroecologia possui um papel fundamental diante da modernização agrícola que excluiu os saberes tradicionais e manteve a divisão sexual do trabalho sem levar em consideração a importância e o espaço das mulheres. Em contraponto ao avanço do agronegócio na Amazônia, as mulheres do PDS – Porto Seguro, se apropriaram das práticas agroecológicas em que o excedente da produção foi direcionado para as feiras de Marabá afim de desenvolverem a economia solidária, pautada numa organização socioeconômica mais solidária entre produtores e consumidores (SINGER, 2000 Apud SILVA, 2016, p. 117). O acesso à terra possibilitou as mulheres o desenvolvimento das suas produ-

ções, conciliar as atividades domésticas, plantio e criações, além de garantir a soberania alimentar e geração de renda para o sustento da família.

As famílias do PDS, especialmente com a participação efetiva das mulheres desenvolveram as suas roças aplicando os arranjos produtivos através dos SAFs, quintais produtivos, compostagem e adubação orgânica o que impulsionou a participação nas feiras urbanas de Marabá.

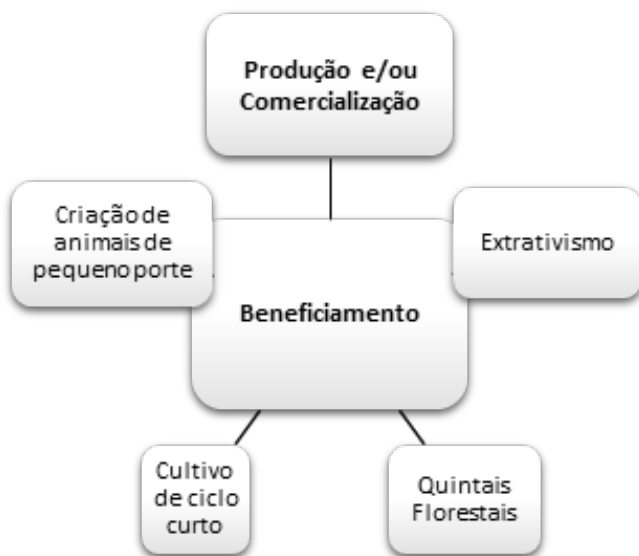
O PDS é composto por 37 lotes de 6,5 alqueires ou cerca de 30 hectares. As propriedades preservam cerca de 5 alqueires de floresta nativa e o restante é destinado para o cultivo de roças e criações de pequenos animais. As famílias possuem entre 40 a 80 anos de idade e 9 mulheres atuam como feirantes. As feirantes possuem entre 30 a 60 anos de idade, casadas e com filhos. Além de produzirem hortaliças, frutas, verduras, criações de pequenos animais e produtos agroindústrias, as feirantes revendem os produtos das famílias que não podem participar das feiras por problemas de saúde ou cuidados com os membros da família (crianças ou idosos).

As feirantes ainda não possuem a certificação orgânica dos seus produtos, mas os vendem com a identidade de produtos agroecológicos, devido as práticas de cultivo (SAFs, quintais produtivos e extrativismo) e criação de pequenos animais (aves e suínos), bem como por meio da prática da economia de base comunitária. O plantio dos alimentos que serão destinados à família e ao comércio nas feiras são gerenciados pelas agricultoras do PDS. Geralmente utilizam sementes crioulas, assim, elas atuam no plantio das roças de macaxeira, abóbora, maxixe, quiabo, dentre outros. Atuam no processamento da mandioca para a fabricação das farinhas. Criam, abatem e comercializam os pequenos animais. Realizam o extrativismo da andiroba e coleta do cacau e cupuaçu na floresta.

A descrição acima, é apenas alguns dos exemplos do trabalho produtivo das agricultoras do PDS em seus lotes. De acordo com Morales (2010), a prática da agricultura familiar que se fundamenta no trabalho da família geralmente é caracterizada como um padrão colaborativo de reciprocidade e afetividade. Sob essa ótica, predomina-se a ideia de que os homens gerenciam todos os interesses dos membros familiares, bem como a reprodução de hierarquias de gênero e geracionais. Desse modo, torna-se importante demonstrar que o trabalho feminino é imprescindível para o sustento financeiro da família, ou seja, que as suas atividades são inerentes à economia familiar. Sem a participação das mulheres nas esferas públicas e privadas, nos cuidados direcionados para a alimentação, saúde e bem-estar da família não ocorreria o desenvolvimento pleno da economia. Entretanto, a desigualdade de gênero invisibiliza as atividades desenvolvidas pelas mulheres, conferindo-lhes apenas os espaços domésticos (cuidados com as crianças, casa e hortas), silenciando o protagonismo no gerenciamento produtivo do lote.

O sistema de produção das famílias do PDS é composto por extrativismo de sementes e frutas da floresta, cultivo de árvores frutíferas, criação de animais de pequeno porte (aves, suínos e psicultura), beneficiamento de produtos (temperos, farinhas, polpas, etc.), e cultivo de ciclos curtos (Figura 2).

Figura 2 - Organograma dos Sistemas de Produção.



Fonte: Elaborado pela Autora, (2024).

A partir das entrevistas, as feirantes indicaram que vendem os seguintes produtos, conforme o Quadro 1.

Diante da diversidade alimentícia e técnicas de criação e cultivo sustentáveis praticadas pelas agricultoras do PDS – Porto Seguro, torna-se importante apresentar que o conceito de Soberania Alimentar foi formalizado em 1996 pela Via Campesina Internacional, como uma proposta contra-hegemônica ao sistema político-econômico que impõe ao alimento apenas o aspecto de mercadoria. A soberania alimentar visa que os países devem ser soberanos para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da sua população, bem como respeitar suas características culturais presentes no ato de se alimentar (BRITO; LEITE; CHACON, 2021).

Desse modo, as agricultoras do PDS – Porto Seguro exercem a soberania alimentar ao decidirem o que plantar, como e para quem produzir os alimentos. A partir dos saberes tradicionais, cultivo dos quintais produtivos e práticas agroecológicas, as mulheres rurais têm sido essenciais na produção de

alimentos saudáveis, diversidade e segurança alimentar para a comunidade rural e urbana de Marabá/PA.

Quadro 1 - Produtos vendidos nas Feiras.

Frutas/ Amêndoas	Grãos	Hortaliças	Legumes/ Verduras	Origem Animal	Processados
Abacaxi	Fava	Alface	Abóbora	Galinha	Açaí
Banana	Feijão	Cebolinha	Cará	Ovo	Andiroba
Cacau	Milho	Cheiro verde	Macaxeira	Pato	Banana chip
					Bolos e Pães
Caju		Couve	Maxixe		Colorau
Castanha- -do-pará		Jambu	Pepino		Copaiba
					Doces
Cupuaçu			Pimenta de cheiro		Farinha
Coco			Pimenta do reino		Farinha de puba
Laranja			Quiabo		Licor
Limão					Polpas de frutas
Mamão					Tapioca
Manga					Temperos
Tangerina					Tucupi

Fonte: Elaborado pela Autora, (2024).

Lindalva: a primeira liderança da Associação do PDS – Porto Seguro

Maria Lindalva Gomes de Matos, conhecida como dona Lindalva, foi coordenadora do Acampamento Balão II entre o final de 2007 a 2014. E também a primeira presidenta da Associação dos Pequenos Agricultores (ASPEAGRI) do PDS – Porto Seguro. Seu primeiro mandato ocorreu entre os anos de 2016 a 2018 e o segundo mandato de 2019 a 2020.

Dona Lindalva atuou desde o início da ocupação da Fazenda Balão II até a criação do Assentamento PDS – Porto Seguro. Ela residiu na localidade entre os anos de 2004 a 2021, mas por problemas familiares teve de repassar a concessão do lote e migrar para o estado do Tocantins. Entretanto, a sua

história está marcada na memória dos diversos grupos sociais com os quais ela teve contato durante os seus anos de luta no PDS.

Os relatos colhidos por instituições de ensino, pesquisa, extensão, CPT, STTR, FETAGRI, bem como pelas entrevistas com as agricultoras do PDS – Porto Seguro, relatam o protagonismo de Maria Lindalva Gomes Matos na consolidação, e, conseqüentemente, a criação do Assentamento PDS – Porto Seguro em 14 de outubro de 2016.

Em entrevista concedida a um grupo de pesquisadores da UNIFESSPA em 2020, Lindalva relatou sobre a sua participação na ocupação:

De lá pra cá a gente vem aos trancos e barrancos e eu faço parte da direção desde o segundo dia, porque no primeiro dia foi, tipo assim, uma chegada de todo mundo, aí fomos organizando para que pudesse fazer um barraco no outro, aí chegou meio dia, estava almoçando, chegou disse que era para nós desocuparmos, da parte da tarde nós já desocupamos e fomos para o outro lado do rio, a noite dormimos debaixo dos paus (MATOS, 2019).

As lutas pela conquista da terra envolveram diferentes sujeitos históricos, porém as mulheres tiveram uma participação fundamental, pois estiveram envolvidas em diversas frentes de atuação desde o corte da cerca, construção das moradias e participação política na estrutura organizacional do acampamento na Fazenda Balão II.

Maria Lindalva afirma que esteve à frente dos trabalhos de coordenação desde o início do acampamento. No final de 2006, a comunidade sugeriu que ela assumisse as atividades de coordenadora do acampamento, conforme o relato abaixo:

Bom, aí viraram tudo para mim e disseram assim: “É, a Irmã Lindalva que vai ficar na frente”. Eu falei: eu não posso, eu tenho marido, tenho filho para cuidar [...] E daí então eles disseram assim, que a gente tem compromisso com a senhora, aí o Pipira virou para mim e disse assim: “Eu nunca vi uma mulher dar conta de assumir uma responsabilidade que nem essa daí”, ele e o Assis, disseram que é a primeira, se for é a primeira que vai ter na história. Aquilo ali me fez dizer assim: **“Eu vou provar que mulher pode”**. Tipo assim eu carreguei um capricho, não tem? Tive muita dificuldade, mas eu mostrei, hoje eles me parabenizam, hoje eles fazem questão de olhar nossa documentação e diz: “A única que deu conta do recado”. Porque tá aí, não me envergonho de nada, dei conta até hoje (MATOS, 2019, grifo nosso).

Para as mulheres assumirem os espaços políticos envolve uma série de desafios, pois os espaços que foram concedidos estão atrelados ao ambiente

doméstico e cuidados com a família. Ao ser questionada sob a possibilidade de assumir a coordenação do acampamento, dona Lindalva pontuou o seu compromisso com a família, mas, ao ser “desafiada” sobre se uma mulher daria conta da função, sentiu-se motivada a provar aos líderes sindicais que o seu trabalho seria exemplar.

Por tempos a historiografia marginalizou ou excluiu a história das mulheres das lutas sociais, econômicas, culturais e políticas, pois a narrativa histórica se pautava nos sujeitos históricos, considerados grandes homens para a humanidade (PERROT, 2007). Os movimentos sociais do campo, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), inseriam nas suas pautas de luta a família nas manifestações políticas que de certo modo, propiciaram a formação de lideranças mulheres (SCHWENDLER, 2015). A ocupação da Fazenda Balão foi organizada pela FETAGRI/PA que é vinculada à CONTAG, mas, como podemos observar no relato de Maria Lindalva, os líderes sindicais que deveriam incentivar a atuação feminina em cargos de liderança, desacreditaram da participação de uma mulher como coordenadora de um acampamento. Ações como essas retratam a tentativa do silenciamento das histórias das mulheres, entretanto a agricultora foi persistente e tomou a frente dos trabalhos produtivos, reprodutivos e políticos da sua comunidade, anulando assim, a invisibilidade do trabalho feminino rural.

Nas entrevistas realizadas com as famílias do PDS – Porto Seguro, todas disseram que o trabalho de dona Lindalva como presidente da Associação foi excelente e colaborou imensamente com a conquista da terra. M. E. relata:

A história de Lindalva é inesquecível, uma força em tanto, foi batalhadora, ela estava desde o começo do acampamento no INCRA até entrar aqui, então ela foi fundamental. Trabalhou bem, foi uma pedra fundamental, deixou o legado dela, considerada um exemplo, o que ela foi como mulher aqui dentro e como liderança o trabalho dela foi nota 10. Ela ia no INCRA, CPT, FETAGRI, conversava com o promotor, ela andou demais. Ela lutou muito e trabalhou bem. Pelo fato de ser mulher ajudou muito nas negociações. Ela incentivou que as mulheres fossem as titulares da terra e isso auxiliaria a conquista da terra e nesse sentido, que se tem um ditado na comunidade: **“Quem manda são as mulheres”**. Foi uma luta em orientar para que se colocasse os nomes das mulheres no cadastro do INCRA para facilitar a conquista da terra. Foi uma estratégia da dona Lindalva e que todas as mulheres assumiram (M.E, 2024, grifo nosso).

O legado de Lindalva está na memória das famílias do PDS – Porto Seguro, assim como nos espaços que ela transitou durante os anos de luta na conquista pela terra. A sua liderança envolveu a participação interna e externa; assim as

suas ações são citadas em diversos espaços políticos e sociais do município de Marabá/PA. O seu mandato político assinalou uma marca histórica para a comunidade expressa no ditado: “Quem manda no PDS são as mulheres”. Elas assumiram o protagonismo nos momentos de formação política, cultural, educacional e a conquista do território por meio da implantação dos sistemas de cultivo e criação.

Neste contexto, os cursos de formação, a exemplo de culinária, artesanato, criação de aves e agroecologia ofertados pela CPT e Prefeitura de Marabá, foram liderados por uma participação massiva das mulheres.

As agricultoras promoviam a soberania e segurança alimentar no acampamento com o plantio dos seus canteiros de coentro, cebolinha, pimenta de cheiro, alface e pimentão. A partir da divisão dos lotes atuaram no plantio das roças. As agricultoras trouxeram sementes crioulas, como fava, arroz, milho e feijão. A CPT também doou grande parte das sementes crioulas ao PDS e incentivou a agroecologia.

As mulheres tiveram um papel importante para a permanência no acampamento até a conquista da terra, pois elas comprometeram em permanecer no acampamento para que os companheiros fossem trabalhar na cidade, solicitaram a educação aos seus filhos e a criação da Escola Rio Verde. Para M.E: “as mulheres foram fortes no acampamento. As mulheres enfrentavam coisas que os homens não enfrentavam. As mulheres não tinham medo de nada. As mulheres quando resolvem conquistar alguma coisa vai, porque aqui foi um exemplo que não foi forças dos homens e sim das mulheres”.

O acesso à terra é o que permite o trabalho, a sobrevivência e autonomia para as trabalhadoras rurais, considerando isso, a conquista da terra possibilita o empoderamento social, político e econômico dessas mulheres, viabilizando a sua emancipação enquanto cidadãs de direitos (MESQUISTA, 2021).

O protagonismo das agricultoras na luta e conquista da terra no PDS – Porto Seguro, demarca a ação de sujeitas históricas que trilharam diversas batalhas contra o Estado e o latifúndio para terem o direito às políticas de reforma agrária em um país que historicamente ceifou vidas em prol dos latifundiários.

Emancipação financeira: a atuação das mulheres nas feiras de Marabá

A partir de 2016, as famílias de agricultores do PDS - Porto Seguro passaram a participar das feiras urbanas de Marabá, com o apoio da CPT e da Secretaria de Agricultura que forneceu a infraestrutura e transporte às feirantes. A UNIFESSPA e a UEPA possibilitaram a participação das feirantes no ano de 2018 na Feira dos Povos do Campo.

Em 2019, a CPT em parceria com a UNIFESSPA promoveu o intercâmbio de saberes dos povos do campo e a universidade. A atividade promoveu a integração dos produtos da reforma agrária com os cursos de formação e rodas

de conversas, bem como cursos de Sistemas Agroflorestais e Agroecológicos para os assentamentos da região.

Maria Lindalva que já foi presidente da Associação dos Agricultores do PDS - Porto Seguro, afirma que:

Foi assim, que nessa caminhada, alcançamos também outras parcerias. Hoje, além da CPT e do Sindicato, somos também acompanhados por professores e alunos das universidades públicas. Atualmente, somos uma das comunidades da região que participa das feiras agroecológicas de Marabá. Essas feiras são realizadas mensalmente e através delas conseguimos mostrar nosso trabalho para toda sociedade, e também complementamos nossa renda. Temos esperanças que esse trabalho continue e se fortaleça ainda mais, porque sabemos que temos muito para aprender e ensinar. Os professores sempre nos dizem que essa parceria é uma troca, e contribui com o aprendizado dos alunos que estão na Universidade (MATOS, 2020).

Dessa maneira, as feiras agroecológicas fortaleceram a soberania alimentar e os ganhos financeiros das famílias do PDS – Porto Seguro. Além de comercializarem os seus produtos de origem agroecológicas, as feirantes também partilham os seus saberes tradicionais com alunos e professores das instituições de ensino e fregueses sobre o sistema de produção agroecológico da comunidade.

Entretanto, em abril de 2020, as atividades das feiras foram suspensas em Marabá devido à pandemia mundial do Coronavírus, à qual o governo decretou *lockdown*, foi preciso restringir a circulação e interação social. Desse modo, as famílias de agricultores do PDS passaram a dedicar o seu tempo nos sistemas de cultivo e criação, assim necessitavam dar destino ao excedente da produção de alimentos. Em reuniões *on-line* com os agentes da CPT e professores da UNIFEPPA, decidiu-se comercializar a produção da comunidade por meio de um sistema de feira *on-line* com entrega em domicílio, ou seja, por *delivery*.

Sendo assim, uma lista dos produtos da feira foi disponibilizada por meio das redes sociais e os agentes da CPT se incumbiram de realizar o sistema de entregas dos produtos em domicílio ou retirada no local da Feira da Comuna (Marabá/PA). A feira *on-line* Agroecológica do PDS – Porto Seguro promoveu a continuidade da valorização dos alimentos oriundos da agricultura familiar. Diante de uma crise sanitária global provocada pelo COVID-19, as feirantes continuaram garantindo a sua renda mensal, reconhecimento das práticas agroecológicas e segurança alimentar (LIMA JUNIOR; SOUSA, 2024).

Dessa maneira, a feira *on-line* contribuiu diretamente na expansão do mercado e número de vendas por meio da economia solidária que tem por base

a produção, consumo e distribuição de bens e serviços pautada na solidariedade, cooperação e autogestão. Também é importante destacar que após o período de isolamento social, as famílias de feirantes do PDS voltaram com as suas atividades na Feira dos Povos do Campo e criaram uma parceria com a Prefeitura de Marabá que disponibiliza transporte e infraestrutura às feirantes que passaram a participar das feiras urbanas (LIMA JUNIOR; SOUSA, 2024).

O reconhecimento dos produtos agroecológicos estão presentes na participação das feirantes com a venda em eventos governamentais e educacionais, a exemplo da Feira Agro cultural do Instituto Federal do Pará (IFPA) Campus Rural de Marabá.

Considerações finais

A literatura que discute o papel das mulheres no desenvolvimento das atividades produtivas na unidade agrícola familiar, demonstra que as agricultoras são invisibilizadas como profissionais atuantes na geração de renda para a família. Essa pesquisa evidenciou o protagonismo das mulheres do PDS – Porto Seguro na luta pela terra, práticas de resistências e emancipação financeira das agricultoras que fornecem produtos ou atuam como feirantes em Marabá/PA.

A luta pela terra não envolveu apenas aspectos físicos, mas também os emocionais, pois o medo era constante e a incerteza de não concretizarem o sonho de ter uma terra para produzir permaneceu durante os anos de acampamentos e despejos. As estratégias para a conquista da terra envolveram coragem, perseverança e ousadia para enfrentarem o Estado e a oligarquia local. Foram dias de inseguranças fortalecidos apenas pelo sonho do acesso à terra e pelas políticas de reforma agrária proferidas desde o governo ditatorial no Brasil.

Assim sendo, a presença das mulheres desde o dia do corte da cerca, levantamento do acampamento, vigia e cultivo das roças coletivas denotam os mais variados papéis exercidos pelas mulheres na luta pela terra no PDS – Porto Seguro. As suas narrativas demonstraram o papel de protagonistas na conquista da terra e, atualmente, essas mulheres exercessem destaque pela soberania alimentar e economia solidária desempenhada nas feiras de Marabá/PA.

Podemos observar que as pesquisas que abordam a história das mulheres pautadas na luta pela terra e protagonismo das mulheres rurais no gerenciamento das propriedades agrícolas ainda são escassos e necessitam de mais estudos para que se consolide os aspectos teórico-metodológicos em relação ao tema, e que essas investigações venham engrandecer os diversos campos historiográficos, como a história cultural, social, econômica e política.

O protagonismo das mulheres do PDS – Porto Seguro na luta e conquista pela terra é evidente nos acervos documentais da CPT, INCRA, STTR, FETAGRI, dentre outros. As narrativas evidenciam a participação efetiva nos diversos espaços políticos, sociais e culturais. Diante da documentação citada,

averiguamos que essas mulheres são frequentemente responsáveis pela produção e comercialização dos produtos agrícolas, pecuários e extrativistas dos seus lotes, pois pelo fato de atuarem ou fornecerem produtos para o abastecimento das feiras de Marabá, as agricultoras possuem conhecimento da demanda, e assim, gerenciam os seus lotes para que a produção seja voltada para a manutenção da alimentação familiar e geração de renda. Essas mulheres também atuam no plano social, político e cultural por meio do fortalecimento dos vínculos comunitários e sociabilidade no campo.

O levantamento das práticas agroecológicas e a descrição dos sistemas de produções no PDS – Porto Seguro, ajudaram na compreensão da diversidade alimentícia dos lotes, sobretudo, no desenvolvimento da soberania e segurança alimentar por meio dos saberes tradicionais em que o alimento não é meramente uma mercadoria, mas que o seu cultivo envolve um modelo de produção que são próprios da cultura camponesa. A atuação das mulheres saiu do âmbito privado do lar e ultrapassou as barreiras da esfera pública em defesa do bem estar e dos territórios camponeses que preservam a agrobiodiversidade, resgate e disseminação das sementes crioulas em contraposição à monocultura do agronegócio que provoca a exclusão e a degradação ambiental.

Referências

ALVES, S.C. **Analisar o processo de luta pela posse da terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro, município de Marabá-PA, sob a ótica da Comissão Pastoral da Terra – CPT.** Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2019.

AMARAL, W. R. da S. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil.** Belém, PA. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

BARROS, A.M. **Sistemas de produção compatíveis com Projetos de Desenvolvimento Sustentável: ideias e reflexões a partir do PDS Porto Seguro, Marabá-PA.** Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) Castanhal: Instituto Federal de Educação do Pará, 2023.

BRASIL. Lei 8629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1993.

BRITO, M. A. P. de; LEITE, M. L. dos S.; CHACON, S. S. Gênero e soberania alimentar: reflexões acerca da atuação da mulher rural na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Conexão Política**, Teresina (PI), v.10, n.2, jul./dez.–2021.

BRUMER, A.; DOS ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. Revista **Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 6-17, 2008.

CASTRO, A. M.; OLIVEIRA, K. L. de. (Org.). **Desigualdades de gênero e as trajetórias latino-Americanas**: Reconhecimento, dignidade e esperança. 1ª. ed. São Leopoldo: EST, 2014.

E.S. Entrevista semiestruturada. PDS – Porto Seguro, Marabá/PA, 08 de julho de 2024.

FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/tId00123.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/Agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em 03. mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (2015). Incra transforma área emblemática de conflito agrário em dois assentamentos no Sul do Pará. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-transforma-area-emblematica-de-conflito-agrario-em-dois-assentamentos-no-sul-do-para>. Acesso em: 04 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (2016). **Plano de uso**: Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (2022). **Relação de Beneficiários** – RB. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpca-jpcgiclfendmkaj/https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/selecao-assentamentos/para-sul-maraba/PAMaraba_relacao_beneficiarios_PDS_PortoSeguro.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

JR GOMES, N. N.; ANDRADE, E. R. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 392 - 402, jul./dez. 2013.

MARTINS, S. A.; MORENO, G. de S. Processos de resistência no sudeste do Pará: o acampamento Frei Henri frente ao agronegócio. In: SILVA JUNIOR, Amintas (Org). **Educação do campo, agroecologia e questão agrária**: a experiência do curso de residência agrária na construção do IALA amazônico. Marabá: Iguana, 2018.

MATOS, M. L. G. **Entrevista à CPT**. Marabá, dez. 2020. [Arquivo documental da CPT de Marabá].

MATOS, M. L. G. **Entrevista à Rodrigo de Almeida Muniz**, Marabá, 2019. [Arquivo digital cedido pelo entrevistador].

M.E. Entrevista semiestruturada. PDS – Porto Seguro, Marabá/PA, 02 de julho de 2024.

MESQUISTA, A. C. dos S. Mulheres do campo e o acesso à terra como caminho de

garantia de direitos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, no 1, 2021.

MEUS, A. G. A.; ETHUR, L. Z. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão** UEPG, Ponta Grossa, Paraná - Brasil. v. 17, p. 01-14, 2021.

MORALES, P. A. **Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra**: uma aproximação a partir das práticas das participantes do Movimento de Mulheres Rurais do Sertão Central de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

NOBRE, M. Relações de Gênero e Agricultura Familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma, QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata Menasche (Orgs.): **Gênero e Agricultura Familiar**. SOF, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1987.

PERROT, M. Minha história sobre as mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, K. **SEAGRI**: Produtores da Feirinha Agroecológica do PDS Porto Seguro ganham barracas padronizadas. 2019. Disponível em: <https://maraba.pa.gov.br/seagri-produtores-da-feirinha-agroecologica-do-pds-porto-seguro-ganham-barracas-padronizadas/>. Acesso em: 20 junho 2024.

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Rev.** Curitiba, n.55, Editora UFPR. 2015.

SEM-TERRA DESPEJADOS FORMAM FAVELA NA AGRÓPOLIS. **Opinião**, Marabá, 22 de junho de 2006.

SOUSA, E. CME reinicia reintegrações na região. **Opinião**, Marabá, 6 e 7 de abril de 2006.

STÉDILE, J.P. O movimento social e as políticas públicas para o campo. In: ROCHA, Marlene da (Org.). **Segurança alimentar**: um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.